



Anais da Assembléia

Nº 25

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 35ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 1975.

Presidência do Deputado Leopoldo Jacomel e Secretaria-
da pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Dácio Leonel.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Sen-
hores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel,
Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino,
Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gul-
lin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dá-
cio Leonel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernes-
to Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escor-
sin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo
Thomazoni, Jayme Rodrigues de Carvalho, João Cioni Neto,
Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro
Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuck, Mug-
giati Filho, Nelson Bufara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otá-
sio Pereira, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos,
Valter Pietrângelo e Waldécio Barbalho. (44) — Achando-se au-
sentes os Srs. Deputados David Federmann, Domício Scaramel-
la, Egon Pudol, Fabiano Braga Côrtes, Ivam Rüppel, Luiz Alber-
to Oliveira, Luiz Roberto Soares, Werner Wanderer e Wilson Fortes
(9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente
declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nos-
sos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão

Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

PASSA-SE à

ORDEM DO DIA

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Em discussão as seguintes Proposições:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 215/74, Veto
aposto ao Projeto de Lei nº 58/74, de autoria do Dep. Gabriel
Manoel, que autoriza o Poder Executivo, doar ao Município de
Curiuva, viatura Willys Rural ano 1966 e dá outras providências.
Parecer **favorável** da C.C.J. — Encerrada a discussão. — Em vota-
ção.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, solicito verificação
de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1º Secretário procederá a chama-
da nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (**Procede a chamada nominal dos Srs.
Deputados**).

(Ao chamar o Sr. Deputado David Federmann, é interrompido
pelo Sr. Deputado Hélio Manfrinato).

O SR. HÉLIO MANFRINATO — (**Pela Ordem**) Sr. Presidente,
eu solicitaria à Mesa que considerasse a falta do Deputado
David Federmann, por se encontrar hospitalizado.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (**Prossegue e conclue a chamada no-
minal dos Srs. Deputados**).

O SR. PRESIDENTE — 28 Srs. Deputados responderam a cha-
ma-da nominal.

Em votação a Proposição nº 215/74. Os Srs. Deputados
que **APROVAM** o Projeto, queiram permanecer como estão
REJEITADO o Projeto, **MANTIDO** o Veto.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 216/74, Veto
aposto ao Projeto de Lei nº 219/73, de autoria do Dep. João
Mansur, que cria os Distritos de Ramilândia e Diamante D'Oeste,
no Município de Matelândia. Parecer **favorável** da C.C.J. —

O SR. DENI SCHWARTZ — (**Pela Ordem**) Sr. Presidente,
eu gostaria que V. Exa. fizesse ler o Parecer da C.C.J., somente
se foi a favor ou contra.

O SR. PRESIDENTE — O Parecer é favorável à manuten-
ção do Veto.

Encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Deputados que
APROVAM o Projeto, queiram permanecer como estão. **REJEI-
TADO** o Projeto, **MANTIDO** o Veto.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 219/74, Veto aposto
ao Projeto de Lei nº 40/73, de autoria do Dep. Leopoldo
Jacomel, que autoriza o Poder Executivo Instituir a "Festa do
Soja" no Município de Palotina, a realizar-se no terceiro domín-
do do mês de maio dos anos ímpares, a partir de 1975. Parecer
favorável da C.C.J. — Encerrada a discussão. — Em votação. —
Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 221/74, Veto aposto
ao Projeto de Lei nº 78/74, de autoria do Dep. Jorge Sato,
que acrescenta ao artigo 59 da Lei nº 6364, de 29 de dezembro
de 1972, o parágrafo que especifica. Parecer **favorável** da C.C.J.—
Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto,
mantido o Veto.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 222/74, Veto aposto
ao Projeto de Lei nº 270/73, de autoria do Dep. Gabriel Ma-
noel, que declara de Utilidade Pública a "Loja Maçônica Fátima
e Caridade", da Cidade de Nova Fátima. Parecer **CONTRÁRIO**
da C.C.J. — Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o
Projeto, mantido o Veto.**

O SR. GABRIEL MANOEL — (**Pela Ordem**) Sr. Presidente, soli-
cito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Vamos proceder a verificação de vota-
ção solicitada pelo Sr. Deputado Gabriel Manoel.

(O Sr. 1º Secretário procede a
verificação solicitada)

16 Srs. Deputados votaram a favor; 10 Srs. Deputados vo-
taram contra.

O SR. IVO THOMAZONI — (**Pela Ordem**) Quer me parecer, Sr.
Presidente, que não existe quorum para deliberar sobre

matéria que exige maioria absoluta dos Srs. Deputados nesta
Casa. É necessário um quorum mínimo de 28 Srs. Deputados,
votaram a favor da matéria, 10 Srs. Deputados votaram contra o
presente Projeto de Lei, portanto, uma soma de 26 Srs. Deputa-
dos que não dá quorum.

O SR. PRESIDENTE — Acontece, nobre Deputado, que na cha-
mada feita há minutos atrás, existiam 28 Srs. Deputados.

O SR. DEL CIEL — (**Pela Ordem**) Sr. Presidente, nos casos em
que há exigência de 2/3 dos Srs. Deputados para aprova-
ção de matéria, o Sr. Presidente e demais Srs. Deputados da Me-
sa deverão também participar da votação, assim sendo, seriam
apontados como presentes na Sessão, quando então daria quo-
rum para a manutenção da decisão da Casa, que a meu ver não a-
tinge, para a tranquilidade do Líder do Governo nesta Casa, os
2/3 exigidos para a manutenção do Projeto, contra o Veto.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, o resultado foi 16 a 10, somados perfazem 26 Srs. Deputados.

Mesmo com a maior boa-vontade não há quorum!

O SR. PRESIDENTE — Vamos proceder novamente, a votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se; 17 Srs. Deputados votaram; os Srs. Deputados que Rejeitam o Projeto, queiram levantar-se; 8 Srs. Deputados votaram, mais a presença do Presidente que não vota. Não há quorum para a votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Sr. Presidente, o quorum é o mesmo das apreciações anteriores?

O SR. PRESIDENTE — A verificação foi pedida por ocasião da discussão do primeiro Projeto de Lei em pauta na Ordem do Dia de hoje.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, mas os Srs. Deputados presentes são os mesmos.

O SR. OSVALDO MACEDO — A mim me parece que há quorum para votação, todavia não há número suficiente para se derrubar o Veto, para o que é preciso 2/3 dos Srs. Deputados e 2/3 não votou.

O SR. PRESIDENTE — O quorum para votação seria 2/3, e na contagem de votos contra e favoráveis, contamos 25 Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu pergunto o seguinte a V. Exa. Sr. Presidente: Qual o número de votos necessários para ser derrubado o Veto?

O SR. PRESIDENTE — 2/3 dos Srs. Deputados, assim reza o parágrafo 3º do artigo 28, do Regimento Interno, 2/3 dos Deputados presentes.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal porque quando votamos contamos 25 Srs. Deputados, quando procedemos a chamada contamos 28 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Nobre Deputado Gabriel Manoel, a Mesa indefere o pedido de V. Exa. uma vez que foi constatado o número de 25 Srs. Deputados e portanto falta de quorum, suspendemos a Sessão, por falta do mesmo.

A votação da presente Proposição fica ainda adiada para a próxima sessão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, eu acato a decisão da Casa mas V. Exa. foi ligeiramente injusto para com os colegas seus, eis que na Sessão há 28 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa já decidiu.

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 11, sexta-feira, às 9,30 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

A Votação da Proposição nº 222/74, fica adiada para a Sessão Extraordinária de segunda-feira.

Convido os Srs. Deputados para se dirigirem ao Salão Nobre desta Assembléia, uma vez que Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, Sr. Saul Raiz, está em visita oficial a este Legislativo.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 1975 (Quinta Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, e Secretariada pelos Senhores Deputados Fidelcino Tolentino e Lúcio Machado.

À Hora Regimental é registrada a presença dos Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo

Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuck, Muggiati Filho, Nelson Bufara, Nilson Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielise-Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho. (44) — Achando-se ausentes os Senhores Deputados David Federmann, Domício Scaramella, Egon Pudell, Fabiano Braga Côrtes, Ivan Rüppel, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E

MENSAGENS:

Sob o nº 16/75, do Senhor Governador do Estado, encaminhando cópia do Convênio celebrado em 4 de fevereiro de 1975, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o Município de CIANORTE, objetivando a construção, na sede daquele Município, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeira Pública. — À C.C.J.

Sob o nº 18/75, do Senhor Governador do Estado, encaminhando cópias dos Convênios celebrados pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Saúde Pública e de Viação e Obras Públicas com os Municípios de ASSAÍ, MANDAGUAÇU e CHOPINZINHO, objetivando a construção de prédios destinados a Unidades Sanitárias das sedes dos referidos Municípios. — À C.C.J.

OFÍCIOS:

Do Senhor NELSON KATUMI MIYAMOTO, Prefeito Municipal de Cornélio Procopio, encaminhando a esta Casa livreto contendo pronunciamentos programados por aquela Municipalidade, em comemoração ao 11º aniversário da Revolução de março de 1964. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 132/75, do Senhor DR. SEBASTIÃO RODRIGUES PIMENTEL, Secretário de Saúde do Município de Maringá, encaminhando relatório de Serviços prestados por aquela Secretaria. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 022/75, do Senhor VALDEMAR QUINELATO, Presidente da Câmara Municipal de Nova Olímpia, comunicando a esta Casa, o falecimento do Senhor Vereador Albertino Gonçalves de Souza, da Bancada do MDB, ocorrido em 29 do mês próximo passado. Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o nº 001/75, do Senhor DUILIO GENARI, presidente da Câmara Municipal de Toledo, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o nº 276/75, do Senhor SILVESTRE MARQUES, Presidente da Câmara Municipal de Jacarezinho, comunicando a aprovação do Requerimento do Sr. Vereador Arlindo Bessa Junior, consubstanciado em efusivas congratulações pela eleição e posse do Sr. Deputado Paulo Affonso Alves de Camargo, à

Presidência deste Poder. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 05/75, do Senhor Dr. ATTILIO TALAMINI, Provedor do Hospital e Maternidade de São José dos Pinhais, comunicando sua posse naquele cargo. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

— de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, solicitando retirada da Ordem do Dia, por cinco (5) Sessões, do Projeto de Lei n.º 95/74.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Belmiro Valverde, Secretário da Secretaria de Planejamento; ao Exmo. Sr. Dr. Rafael Delli, Presidente do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, e ao Exmo. Sr. Dr. Saul Raiz, Prefeito Municipal da Capital do Estado, para que através dos Departamentos competentes, seja elaborado, em comum acordo, entre esses órgãos e as Prefeituras que compõem a área metropolitana criada pela Lei 6.517, de 2 de janeiro de 1974, e estudada a fórmula para organização do plano piloto administrativo, por onde possam os Prefeitos basear-se no novo sistema de administração dentro do espírito daquela Lei, fórmula pela qual poderão criar suas Áreas Industriais, como proceder para desapropriar tais áreas, coordenar e elaborar estudos, projetos e programas, harmonizando-se com as diretrizes do planejamento regional.

Verificamos, Sr. Presidente, que já são decorridos 15 meses da publicação da Lei e segundo nos consta, a COMEC que através do capítulo II da Lei 6.517, é quem tem a responsabilidade em orientar aos Prefeitos da área metropolitana, até a presente data não deu nenhuma orientação, assim o que se verifica é que, enquanto a nossa capital cresce seu Parque Industrial, a área metropolitana se esvazia em sua arrecadação através do ICM, em que pese, ela estar contribuindo com um sem número de operários que demandam dos municípios vizinhos para operar na Capital, com grande prejuízos para todos, como seja: excesso de passageiros em ônibus, desgaste de ônibus sem necessidade, déficit orçamentário dos operários, em função do alto custo das passagens, além do que afastam-se do lar às 5,00 horas da manhã, retornando às 20,00 horas da noite, o que, tudo poderia ser evitado se fosse organizado o Plano Regional para toda a ÁREA, com o que sobraria indústrias para todos os Municípios.

Face ao exposto, torna-se necessário uma medida imediata para um tratamento igual para todos, cumprindo-se a Lei em vigor.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975.

a) LEOPOLDO JACOMEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Ilmo. Sr. Diretor da Companhia de Saneamento do Paraná, no sentido de que informe qual o motivo pelo qual não foi ainda ligada a rede, o poço artesiano já há algum tempo concluído, sendo que este tem capacidade para trinta e cinco mil litros horários.

IPORÃ, vive já, e nevéssita urgentemente desta ligação para poder atender a demanda urbana e sanar temporariamente o problema de falta de água.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Tem a palavra o primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Foi com muita elágria que recebemos hoje, pela manhã, comunicação de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, há muito esperado pela região do Vale do Ivaí. Em 1965, quando assumia a Prefeitura de um Município daquela Região, organizamos uma associação de municípios com a intenção de unir os Prefeitos daquela região e reivindicar as obras de interesse daquela área para seu desenvolvimento e para a sua integração. Entre as nossas reivindicações de muitos anos e várias visitas ao Palácio do Governo e reivindicações dos Municípios do Vale do Ivaí, constava a construção de uma ponte sobre o rio Ivaí, e, com satisfação, recebemos a notícia hoje, de S. Exa. o Sr. Governador haver autorizado o início desta valiosa obra para a região do Vale do Ivaí a construção de uma ponte com 341 metros no valor de 13 milhões de cruzeiros. Esta ponte irá integrar toda a região, eliminando o grande número de balsas que existem naquela região, ligando o município de São Pedro do Ivaí ao de São João do Ivaí, que integra toda aquela região, integra toda a região de São João, Ivaiporã, Barbosa Ferraz, Fênix, Quinta do Sul, ligando a São Pedro, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Marumbi e 16 Municípios daquela região. Está para ser iniciada também a construção da estrada de Barbosa Ferraz passando por São João do Ivaí e de São João a Barbosa Ferraz, devendo encontrar nesta ponte que hoje foi autorizada, com esta ligação desta estrada à construção desta ponte, estará integrada a nossa região, restando a nossa esperança e a nossa confiança no Governo Federal, do início da tão sonhada Estrada BR 369, que consolidará uma das regiões mais ricas do nosso Estado. E até bem pouco tempo se caracterizava por uma região estritamente cafeeira, e hoje, com a sua diversificação, já vem dando a sua contribuição ao desenvolvimento do Estado, com uma população de 480 mil habitantes.

Não poderíamos deixar, nesta data, de dirigir os nossos agradecimentos ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães, ao ex-Diretor do DER, Paulo Aguiar, pelo seu trabalho incansável, pela verificação "in loco", a constatação da necessidade, e eliminando de uma vez por todas o sofrimento daquele povo que, ao querer atravessar o rio, com uma balsa, corre sério perigo.

Até pedestres pagando quantias incalculáveis para atravessar aquele rio, de tanto movimento, de tanta necessidade, e que exigia uma solução para sua travessia. E, por isso, através de um Requerimento, estamos encaminhando à Casa um voto de aplauso à S. Exa. o Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Sr. Diretor do DER. Voltaremos dentro em breve, para fazer um apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, para a construção daquela estrada tão esperada que é a BR-369, estrada esta que vem até impedindo a execução de obras, uma estrada vicinal e fica o Governo aguardando a decisão do Governo Federal para que possa dar início às suas estradas, podendo haver um trabalho conjunto e perfeito, de melhor atendimento. Por este motivo, encaminhamos o Requerimento, vasado nos seguintes termos. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de aplauso aos Exmos. Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, pela autorização dada pelo Sr. Governador em data de ontem, para início da construção da ponte sobre o rio Ivaí, com uma extensão de 341,6 metros, entre os Municípios de São Pedro do Ivaí e São João do Ivaí, integrando toda a região do Vale do Ivaí, construção essa, reivindicada por aquela região do nosso Estado.

Da aprovação, dê-se ciência às aludidas autoridades. Sala das Sessões, em 10 de abril de 1975.

a) GILBERTO CARVALHO”.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa comunica ao nobre orador que o tempo está esgotado.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI – Sr. Presidente, Srs. Deputados. O motivo que me traz à Tribuna, é a espantosa repercussão que vem tendo na imprensa brasileira, este movimento de adoção de crianças da Indo-China.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito eu, que como representante de uma parcela da população, a imprensa brasileira tenha também de ouvir a manifestação contrária. Porque acredito que crianças abandonadas, o Brasil tem para exportar e não precisa importar. Realmente, o movimento tem um cunho humanitário, a solidariedade humana numa hora dessa é elogiável, é altruísta. Mas pergunto eu, se cabe ao brasileiro, se cabe às famílias paranaenses, a obrigação e o dever de sustentar aqueles infelicitados, de uma guerra que não tivemos culpa, de uma guerra em que o Brasil sempre se pôs ao lado da paz.

E agora, quando irmãos nossos, não conseguem mais intervir na Indo-China, induzem a adotar estas crianças, vítimas do despreparo de governantes de grandes potências, que se preocupavam em vender armas, e querem agora que o mundo os ajude a salvar as vítimas desta catástrofe mundial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que alguém deve levantar a voz para que a imprensa também denuncie o que representa uma fatalidade para o Brasil, gente que não é capaz de ver nas esquinas e nas ruas, brasileiros mendigando, crianças abandonadas, talvez não saibam eles de que não é só o dever do Governo, mas é dever dos homens, da pessoa humana, de auxiliar nossos semelhantes.

E é uma razão ainda maior, de auxiliarmos os brasileiros que se encontram nesta mesma situação. Porisso, fica aqui registrado o meu protesto e até minha revolta, àqueles que inconscientemente estão às margens de uma propaganda orientada para aqueles que queriam intervir naquela guerra da Indo-China e não conseguiram fazer, o fazem agora, através de uma campanha bem-conduzida para que se veja do outro lado, os agressores das pequenas crianças.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na Indo-China, no Vietnam, precisam daquelas crianças para construir seu País, a exemplo da Alemanha. Não foram as crianças que sentiram o horror da guerra, que reconstruíram a Alemanha? Estas crianças devem ficar lá, para marcar às gerações futuras do horror da guerra, para que saiba o Vietnam que deverá auto-determinar-se e impedir que seus governantes entrem em outras aventuras bélicas.

À estas famílias que querem adotar crianças, que talvez não tenham a felicidade de ter um filho, e sabemos quão grandiosa é a tarefa de um pai na educação de uma criança, que se dirijam a Asilos, ao Juizado de Menores, e verificarão que ali estão centenas e centenas de crianças, que precisam de um lar, de um alguém que as oriente na vida.

Por isto tudo, na modéstia destas palavras, que fique o brado de alerta de que o Brasil não precisa importar crianças abandonadas. Temos até para exportar. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em nossa atribuição de fiscais permanentes, honestos e

intransigentes do Poder Executivo Estadual, vimos à Tribuna para formular, para solicitar o apoio de nossos companheiros ao Requerimento que vamos encaminhar à Mesa.

Antes, Sr. Presidente, queremos ler um trecho do pronunciamento de S. Exa. o Governador do Estado, na reunião efetuada na última segunda-feira com o Secretariado.

“Canet quer atuação mais ágil e eficaz”. Ainda mais um sub-título: “guerra à burocracia”.

Mais adiante manifestou sua exigência de que “a ação dos órgãos governamentais seja mais eficaz e mais ágil”, declarando “O Governo precisa estar engajado numa guerra constante à burocracia e por isso desejo ver a agilização dos programas de modernização administrativa em todos os níveis”.

“Para tanto” – concluiu – “recomendo aos Srs. Secretários uma total dedicação em busca da eficiência, evitando sempre os desperdícios e tendo em vista a cada instância os gastos e os custos”.

O que nos causa satisfação em observar que S. Exa. o Chefe do Executivo estabeleceu esta filosofia e esta diretriz para sua administração, exigindo um combate permanente contra a burocracia que extermina o processo natural de uma administração competente.

Mas, Sr. Presidente, esta Casa já encaminhou aos órgãos competentes do Governo, através de Requerimento proposto por este Deputado no início deste mês, apelo para que a COPEL efetuasse com urgência a ligação do sistema de iluminação da unidade escolar Presidente Kennedy, em Maringá. Na época, Sr. Presidente, este Poder Legislativo denunciou à Cia. Paranaense de Energia Elétrica – COPEL – de que 350 alunos daquele estabelecimento estavam estudando com deficiência, através de iluminação efetuada por lâmpades a gaz.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se não fora apenas a atitude desta Casa, eis que uma Comissão de Vereadores de Maringá, aqui esteve sob a Presidência do Vereador Antonio Mário Manicardi, que foi aos órgãos competentes, ao Governo do Estado, à Diretoria do Departamento de Ensino, e os Professores vêm, de há muito, solicitando à Fundepar, solicitando à Secretaria de Educação, solicitando à Copel, mas até agora tudo em vão.

Hoje, a “Folha de Londrina” publica uma reportagem com o título “NO GINÁSIO MODERNO A LUZ É À LÂMPIÃO”.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendemos formalizar neste Requerimento, o seguinte: (Lê):

“Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado, com urgência, ao Governo do Estado e à Secretaria de Educação, anexando os documentos anexos e apelando no sentido de que seja autorizada a imediata ligação do sistema de iluminação do Grupo Escolar “Presidente Kennedy”, localizado na Vila Mandacarú, na cidade de Maringá.

JUSTIFICATIVA:

Desde o dia 10 de março do corrente ano, os alunos dessa Unidade escolar, em número de 350, estão estudando à luz de lâmpadas.

Esta Casa já solicitou providências através de proposição deste Deputado, com data de 2 de abril.

Também esteve aqui uma Comissão de Vereadores de Maringá, que formulou apelo ao Governo do Estado e à COPEL neste mesmo sentido, isto é, solicitando a ligação. Apelos vários têm sido feitos pela diretora do estabelecimento, Sra. Nadir Vaz Gimenez, por professores e demais autoridades de Maringá aos órgãos competentes. Tudo em vão. Configurou-se o desrespeito do Poder Executivo Estadual a uma grande parcela do povo paranaense.

Não basta simplesmente o Governador afirmar que

pretende estabelecer invulgar dinamismo e propalar guerra à burocracia — é fundamental executar as citações que envolvem as diretrizes administrativas.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apelos vários têm sido feitos aos órgãos competentes da administração pública estadual. E aqui, Sr. Presidente, se configura o desrespeito do Poder Executivo a uma grande parcela do povo do Paraná. Não basta simplesmente o Sr. Governador afirmar que pretende estabelecer invulgar dinamismo e propalar guerra à burocracia...

OSR. PRESIDENTE — A Mesa comunica o nobre Deputado que está esgotado o tempo regimental concedido a V. Exa.

OSR. VALTER PIETRÂNGELO — ... enfim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem-se a impressão de que o Sr. Governador do Estado não deseja atender a denúncia e a solicitação que faz este modesto Deputado do MDB.

Assim sendo, termino apelando para meus companheiros Deputados Jorge Sato e Gabriel Sampaio, que, com a bandeira da ARENA, representam Maringá nesta Casa, para que entrem em entendimento com S. Exa. o Sr. Governador, e quem sabe recordando ele da sua filosofia administrativa de estabelecer combate permanente à burocracia e resolva entender como verdadeiras as situações proferidas pelos nobres companheiros da ARENA.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin, quarto orador inscrito.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampaio).

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há uma ou duas semanas, diversos Srs. Deputados, aqui da Tribuna, reclamaram contra a ação policial no Noroeste e Sudoeste do Estado do Paraná. Logo em seguida, o líder da ARENA comunicava à Casa que já havia interferido junto ao Governo a fim de que fosse suspenso aquele policiamento na região.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui nesta Tribuna para expor o fato que ocorre em Curitiba por falta de policiamento preventivo. Há poucos dias, um pai de família, quando saiu de casa para levar sua filha à escola, foi atacado por dois elementos à mão armada. Um deles ficou junto ao carro, mantendo aquele senhor com a filha, e outro, entrou na residência e obrigou a esposa a entrar no banheiro, fechou a porta e retirou da casa aquilo que mais lhe interessava. Levou tudo para o carro, obrigou o pai e filha entrarem em casa, fechou-os no banheiro, e depois pegaram o carro e sumiram.

Outro caso ocorreu também numa firma, que foi assaltada a certas horas da noite, à mão armada, obrigando quem lá estava a abrir o cofre para retirar o dinheiro. Isso, nobres Deputados, está ocorrendo em Curitiba, quase que diariamente.

De forma que o proceder dos ladrões, é este: ficam a estudar a hora propícia, a hora que convém para praticar o assalto; justamente naquele horário em que quase não há ninguém, a casa está indefesa, ou quando se encontram poucas pessoas num estabelecimento comercial. Isso é prova. Srs. Deputados, de que na realidade, o que falta em Curitiba é realmente um policiamento preventivo, para que essa gente não tenha oportunidade de praticar estes assaltos.

Está o povo de Curitiba inseguro, e para isso, Srs. Deputados, queremos encaminhar um Requerimento ao Secretário de Segurança. a fim de que se faça um policiamento mais efetivo, mais eficiente, para afastar estes elementos da cidade. Porisso, vou passar a ler o Requerimento que pretendo encaminhar à Mesa. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

legais e na forma regimental, REQUER, ouvida a Csa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança. Pública, no sentido de que sejam tomadas providências imediatas e enérgicas visando coibir, de maneira efetiva, a onda de criminalidade imperante em Curitiba, gerando apreensão e desassossego da população, quer na rua, quer em suas residências.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1975.

a) ALFREDO GULIN”-

JUSTIFICAÇÕES:

Considerando o alarmante índice de criminalidade imperante em Curitiba, um dos maiores do nosso País:

Considerando a aspiral sempre crescente desse índice, comprometendo de maneira decisiva nosso foro de civilização:

Considerando o elevado grau de periculosidade que os criminosos representam;

Considerando que a população está deveras apreensiva com os acontecimentos;

Considerando que ninguém mais pode transitar pelas ruas de Curitiba com a segurança que se faz necessária, a qualquer hora do dia;

Considerando que essa situação exige maior empenho das autoridades responsáveis pela segurança do povo;

Considerando que deverão ser adotadas medidas de emergência capazes de afugentar uma vez por todas a ação nefasta dos inimigos declarados da sociedade;

Considerando não mais ser concebível a aceitação de crimes de natureza dos praticados pelos criminosos, atingindo pessoas de todas as idades e categorias, sem qualquer respeito a quem quer que seja com uma voracidade sem limites, tornando-se obrigatória a abolição de tais fatos, a fim de se evitar que a neurose tome conta definitivamente de uma população indefesa; Solicitamos pois, dos ilustres Pares, o devido apoio, e consequente aprovação do presente”.

Era só. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Jayme Carvalho.

OSR. JAYME RODRIGUES DE CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pode até parecer cansativo o nosso pedido de hoje, porque já o fizemos há uns trinta dias aproximadamente passados.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que quando viemos para esta Casa trouxemos conosco uma responsabilidade. Uma das coisas que nos trouxeram a esta Casa, um dos anseios do povo do Vale do Piquiri a mandar para a Assembleia Legislativa um Deputado daquela região, foi, exatamente, o de conseguir a estrada asfaltada ligando Campo Mourão a Goioerê.

Não queremos ser nesta Assembléia, quanto ao problema desta estrada, o pintadinho, a criança pintadinha que ganhou o papagaio do pai. Mas, se for preciso, sairemos daqui taxados de “Pintadinho de Goioerê” mas numa estrada que o povo tanto espera.

Fizemos, Sr. Presidente, há poucos dias, um pedido que deveria ser encaminhado ao DER. Entretanto, segundo informações que nos chegaram, ainda não existe no nosso Estado, tendo em vista a mudança de Governo, o titular do DER.

Neste sentido, é que fizemos este Requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício à Secretaria de Transportes do Estado do Paraná, no sentido de que ela informe, qual a situação em que se encontra o Plano de Asfaltamento da Estrada que liga Campo Mourão a Goioerê.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1975.

a) JAYME RODRIGUES DE CARVALHO”

Fizemos o nosso Requerimento, Sr. Presidente, no anseio de sermos atendidos o mais breve possível, porque este anseio não é nosso, este anseio é do povo que nos mandou vir a esta Casa, falar em nome dele. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. PRESIDENTE — Não se encontrando presente o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados Permitam-me que busque a cessão de V. Exas. Srs. Presidente, Srs. Deputados, para trazer aqui, por escrito, o pensamento que pretendo transmitir a esta Casa.

(Lê): “A nova linguagem do desenvolvimento econômico e social procura caracterizar a Educação como um bem de consumo social. Traduzido para a comunicação política mais exigente e realista, isto quer dizer que a sociedade se alimenta da educação.

O enfoque que é dado à educação como bem de consumo social tem o condão de destacar o tema Educação mas deixando numa perspectiva do próprio dinamismo evolutivo da sociedade.

A Educação é um índice importante para se aferir o nível de desenvolvimento de um povo. Mais importante do que a renda “per capita”.

No caso de Educação — os índices de analfabetismo, de escolarização de primeiro grau e segundo grau, de escolarização técnica e universitária — não está sendo possível aos estatísticos diluí-la em gráficos de Educação “per capita” a partir de dados inteiramente manipuláveis.

A educação é um dos desafios brasileiros. Só que neste desafio não cabem milagres; é preciso realmente enfrentá-lo porque sua evidência se reflete na vida econômica e social, no dinamismo da sociedade e da administração pública, na vida política e nas instituições.

Os governantes brasileiros já revelaram que não têm condições para resolver o problema da crise na Educação. Basta ver o modo como encaram a questão educacional. Implantaram reformas no sistema de ensino, modificaram a sistemática da instrução pública; perderam-se no emaranhado das teorias alienígenas de educação; procuram, enfim, resposta à educação; Brasileira onde não poderão encontrá-la.

Será possível regredir em termos de Educação? É muito evidente; é possível regredir em todos os campos, inclusive em Educação, bastando que se corte um eixo adequado — mesmo não sendo o mais correto dos eixos; mesmo ao se cortar um eixo adequado na Educação, deslocando-a para objetivos estranhos, os resultados necessariamente demonstram uma regressão. É o que

O Governo Brasileiro enfrenta uma contradição de nível antagônico entre seu pensamento refinado, burilado, elitizado e as necessidades sociais de Educação. E não pode ter resposta a essa contradição, quando muito poderá agravá-la, com o sacrifício dos mais altos interesses brasileiros. Muitas de suas vozes tem alertado para a grande questão: embora sem que tenham uma visão mais profunda do que está ocorrendo; pretendam, no muito, uma dinamização do sistema educacional, uma agilização do aparelho educacional, a retificação de alguma coisa simples como o trilho e os dormentes das ferrovias, sem indagar-se se a estação para onde nos dirigimos é o objetivo nacional.

O governo precisa convocar os brasileiros para a Educação. Mas, antes de qualquer coisa, convocar os brasileiros a pensar em Educação, para que se possa efetivamente redefinir Educação e seus grandes objetivos, sistemas e métodos. Não tem o Governo resposta ao desafio da Educação; isto é, o Governo tem demonstrado ter a resposta errada, deve confessá-lo com humildade e clareza; errou, tem errado, não pode decidir sozinho esta questão e convoca os estudiosos e os técnicos, todos os que possam

contribuir para o desenvolvimento nacional no campo da Educação.

A crise da Educação não necessita de grandes e monótonas invectivas. Ela está aí, em toda parte... A depauperação do ensino brasileiro, mistificadamente técnico, mas na verdade voltado pragmaticamente para a tarefa menor de operações empresariais comerciais, e aí, também fracassado. Basta recordar a Universidade onde se preparam, ou subpreparam técnicos, de qualificação duvidosa, para as empresas estrangeiras e nacionais, e as vozes de professores e estudantes atestam plenamente isto, as reclamações nacionais persistem em evidência.

Basta lembrar o ensino de segundo grau, onde se arbitram cadeiras técnicas, ora em pletora nacional capaz de abastecer o mundo de subtécnicos, de laboratórios e quantos ofícios e atividades sejam capazes os homens de pensar.

O ensino brasileiro virou a Casa de Orates, onde todos falam coisas diversas, ao mesmo tempo, poucos ouvem e ninguém consegue definir caminhos e obter resultados satisfatórios.

A situação do ensino de primeiro grau, é a matriz dessa calamidade nacional. Ali também, apesar dos esforços de abnegados professores, as coisas escaparam ao controle: programas, currículos, sistemas e métodos que não são inteligíveis, cujo resultado é a confusão das crianças, a angústia dos professores e os objetivos imponderáveis.

É que a Educação é ao mesmo tempo um resultado e um objetivo a longo prazo e médio. É a infraestrutura do desenvolvimento e suas consequências. E ali se faz necessária a ação consciente e lúcida do Estado. E para tratar este grande problema, agudizado nos tempos modernos pela contínua evolução e revolução da experimentação científica, é essencial pensar com mais rigor. É preciso responder previamente a algumas questões. Como a nossa sociedade que está educando e em que direção?

Que meios e instrumentos estão sendo utilizados para uma direção e um objetivo claramente delineados?

Quais os fundamentos que encontramos para a Educação? Quais os métodos que estamos empregando na busca de nossos objetivos?

Especificamente, a que pessoas e meios estamos delegando a tarefa do ensino, portanto de um dos aspectos mais destacados da Educação?

É imprescindível avaliar as condições em que se trata este importante problema social.

Se as condições sociais de liberdade e participação de todo o povo não forem asseguradas nenhum arauto ou exegeta das instâncias últimas das necessidades de democracia, progresso e bem-estar nenhum tutelar poderá autodefinir os caminhos que consultam aos interesses da coletividade. E esta é a primeira condição que se trace condignamente a questão da Educação em qualquer País, em que estágio estiver do processo de desenvolvimento econômico e social. Nenhuma elite sectária poderá responder corretamente os desafios da educação, seja ela técnica ou burocrática.

Ao nível da participação popular neste grande problema, devem e precisam ser ouvidos com toda a atenção os próprios estudantes, os professores e também os políticos, que procuram responder aos interesses da população.

A segunda condição necessária à Educação é a delimitada clara dos meios e processos abertos, pelos quais deve transitar o pensamento concentrado e os conhecimentos paralelos que transmitimos às gerações; pensamento e estudo fundamentados no consenso mais alto, apoiado nos métodos mais avançados. Esta segunda condição é de natureza científica e do campo da pedagogia e da didática; súpula científica dos conhecimentos essenciais ao homem em sociedade e à vida moderna; pedagogia aplicada com seu lastro no bem comum, com seu aparte sobre a sociedade e o homem; didática fundada nos melhores meios para a auto-educação e aprendizagem.

A terceira condição se refere à organização do ensino dentro de um Sistema de Educação, cuja organização é um instrumento dinâmico e também expressa uma filosofia coerente com a sociedade, os homens e classes que a compõem, e os objetivos da democracia, progresso e bem estar social.

A situação em que está a sociedade brasileira não permite que a Educação tome esse curso desejado. Não há participação de todos na definição dos objetivos e meios para atingi-lo; não há participação dos próprios estudantes e professores naquilo que lhes diz respeito de mais perto, no exercício diário de suas atividades. Todas as tentativas de reforma ou consolidação do atual estado de coisas na Educação esbarra com a feliz impossibilidade concreta. Resta o caminho da mudança, não de uma mudança de superfície, mas em profundidade e extensão.

Deixo, por agora, de me referir ao que é por demais conhecido de todos os que estão conscientes da gravidade do problema educacional brasileiro, e passo a solicitar nesta Casa a mobilização de todos também sobre esta magna questão. Esta o objetivo deste pronunciamento preliminar, que pretendo venha alertar os que ainda não viram a extensão do desastre, a virulência do mal que corrói esse campo, de pensamento brasileiro, na sua estrutura de formação, na sua resposta mais cabal aos desafios da sociedade brasileira e sob os compromissos que temos com as gerações e o futuro".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 75/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 250/73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Floresta, Ivaí, Kalorê e Palmeira, objetivando o fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Pareceres **favoráveis** da C.C.F., C.F. e C.P., **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — **Aprovado**.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 24/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 50/74, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a União, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, destinado à aplicação de recursos na expansão e melhoria do ensino. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.I.P., **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — **Aprovado**.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 229/71, de autoria do Dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a Casa Maternal Nossa Senhora Aparecida do Bairro Santa Felicidade, nesta Capital. Parecer **favorável** da C.C.J., **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — **Aprovado**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 95/74, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que cria uma Circunscrição de Trânsito na sede do Município de Medianeira e jurisdição nos Municípios de São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Matelândia, desmembrados da 7ª CIRETRAN. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P., **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — Em discussão.

Sobre o referido Projeto de Lei, foi apresentado Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do Expediente, solicitando a retirada do mesmo, por cinco Sessões.

Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Aprovado**.

Passaremos à apreciação dos demais Projetos, constantes da Ordem do Dia.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 288/73, de autoria do Dep. Arthur de Souza, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Protetora de Animais de Curitiba. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI Nº 288/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE PROTETORA DE ANIMAIS DE CURITIBA.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de de 1973.

a) ARTHUR DE SOUZA

JUSTIFICAÇÃO:

Pelos incontáveis serviços que presta à coletividade, a Sociedade Protetora de Animais de Curitiba, é de fato, uma entidade de utilidade pública. Este Projeto de Lei pretende tornar essa situação oficial.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 288/73

PARECER:

O Projeto de Lei em testilha, de autoria do nobre Deputado Arthur de Souza, visa declarar de utilidade pública, "Sociedade Protetora dos Animais de Curitiba", pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede nesta Capital à Av. Munhoz da Rocha, 944.

Referida entidade preenche todos os requisitos da Lei pertinente à matéria, ou seja, registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas competentes, seus dirigentes não percebem qualquer tipo ou forma de remuneração e serve desinteressadamente à coletividade desde 20 de abril de 1972.

Face o exposto, opino pela APROVAÇÃO da propositura. É o parecer.

Sala das Comissões, em 1º de abril de 1974.

a) NELSON BUFFARA — Presidente

a) IVO THOMAZONI — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 288/73

I — De autoria do nobre Deputado ARTHUR DE SOUZA, o Projeto de Lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CURITIBA, entidade com sede e foro nesta Capital.

II — O parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça é pela aprovação da proposição.

III — Do ponto de vista financeiro, nada a opor, pelo que o nosso parecer é também pela aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1974.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) IGO LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 28/74, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, que declara de Utilidade Pública, a Liga das Senhoras Católicas da Cidade de Sertaneja. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI Nº 28/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a LIGA DAS SE-

NHORAS CATÓLICAS DE SERTANEJA.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1974.

a) ROSÁRIO PITELLI

JUSTIFICATIVA:

A Liga das Senhoras Católicas de Sertaneja, é uma Sociedade civil, sem fins lucrativos e que foi fundada na cidade de Sertaneja em 9 de agosto de 1963.

Sua finalidade principal é de orientar e desenvolver a ação social e religiosa em todos os seus aspectos, estreitando os laços de amizade cristã e promover o aperfeiçoamento intelectual, moral e religioso, não só de suas associadas, como também de todos aqueles que com ela queiram cooperar na prática da caridade cristã. Há mais de 10 anos a referida entidade vem prestando relevantes serviços a toda comunidade de Sertaneja, através de várias e dedicadas diretorias. Em reconhecimento ao real valor dos serviços prestados pela Liga a Câmara Municipal de Sertaneja, já a reconheceu como de Utilidade Pública, através de decreto de número 22, de 11 de outubro de 1971.

Assim, apresentamos o presente projeto de Lei a consideração de nossos pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 28/74

Iniciativa do ilustre deputado ROSÁRIO PITELLI, o presente Projeto de Lei visa declarar de utilidade pública a LIGA DAS SENHORAS CATÓLICAS DE SERTANEJA.

Do ponto de vista legal o Projeto está em condições de ser aprovado, eis que preenche os requisitos da lei reguladora da matéria.

Pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1974.

a) FABIANO BRAGA CORTES – Presidente

a) OVIDIO FRANZONI – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 28/74

AUTOR: Deputado ROSÁRIO PITELLI
PARECER

O desiderato do Projeto de Lei ora submetido à deliberação desta Comissão, é declarar de Utilidade Pública a LIGA DAS SENHORAS CATÓLICAS DE SERTANEJA.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, em sua devota oportunidade, opinou pelo acolhimento do Projeto.

Referida Proposição, segundo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, preenche todos os requisitos da Lei pertinente à matéria e a mencionada entidade, pelo Decreto Municipal nº 022 de 11 de outubro de 1971, foi declarada de Utilidade Pública, pelo Município de Sertaneja, conforme consta dos autos do Projeto.

No âmbito desta Comissão, ou seja, o aspecto financeiro, nenhum impedimento que obste à tramitação normal do Projeto.

Destarte, opino pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1974.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

a) ALVARO DIAS – Relator

O SR. PRESIDENTE – Esta Presidência registra com satisfação a presença em Plenário, do Sr. Prefeito Municipal de Rio Negro.

Sobre a Mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício aos Srs. Secretário de Planejamento, Presidente do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba e Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, para que seja elaborada fórmula de cooperação para as Prefeituras da área metropolitana.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da Tribuna, solicitando voto de aplauso aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor do DER, pela autorização para o início da construção da Ponte sobre o Rio Ivaí, que ligará os Municípios de São Pedro do Ivaí e São João do Ivaí. – Em discussão.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Fica transferida a discussão para a Sessão de amanhã, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor da Sanepar, no sentido de que informe qual o motivo da não ligação à rede, o poço artesiano já concluído. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado e à Secretaria de Educação e Cultura, no sentido da imediata ligação do sistema de iluminação do Grupo Escolar Presidente Kennedy, localização em Maringá. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que sejam tomadas providências visando coibir, de maneira efetiva, a onda de criminalidade em Curitiba. – Em discussão.

O SR. ENEAS FARIA – (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicitaria a V. Exa. que mandasse efetuar a leitura do Requerimento, uma vez que não me achava presente por ocasião da apresentação do mesmo.

O SR. PRESIDENTE – O Sr. 1º Secretário fará a leitura do Requerimento.

– (É lido o Requerimento).

O SR. PRESIDENTE – Em discussão. – Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. ENEAS FARIA – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi com atenção o pronunciamento do Deputado Alfredo Gulin que preambulou o Requerimento agora em votação.

A leitura do Requerimento agora feita, com conhecimento dos seus termos, em particular da sua justificativa, a qual eu me permitiria como sugestão ao eminente autor do Requerimento, solicitasse, aduzisse fosse encaminhado na sua íntegra, seu inteiro teor.

A leitura das considerações nos leva a uma opção diante do quadro posto. Vivemos instantes dramáticos, uma macabra colocação da sociedade curitibana. Não é este, porém, o aspecto que quero abordar. A opção que falo é a de que a sociedade curitibana está efetivamente marginalizada. Está, na realidade, entregue à sanha das mais cruéis inéctivas, a fim de se constituir na verdade, em uma sociedade de bárbaros, ou então, o aparelho policial mantido pelo Estado, apresentado pelo Estado, para nossa Segurança, para nossa tranquilidade, acaba de receber um atestado de falência.

Não sei, Sr. Presidente, porque foi muito rápida a exposição, a que corrente me filiar. Se a do declínio da sociedade, ou da falência do aparelho policial. Mas se optássemos pela segunda, haveríamos de entender que o que se faz com recursos do Esta-

do, com os recursos populares, somados ao do erário, através do esforço ingente de nosso povo, está sendo malbarbadado na consecução dos objetivos a que se propõe.

Entendo que a algum tempo o organismo policial pleiteia recursos humanos para melhor se adaptar à sua atividade. Vimos e estamos vendo que, periodicamente, novos elementos estão sendo requeridos para o organismo policial.

Ainda ontem, Sr. Presidente, fui convencido a votar favoravelmente na Comissão de Constituição e Justiça, uma Mensagem Governamental oferecendo condições, exatamente, para que o organismo policial não entrasse em colapso, não tivesse problemas de outra ordem.

Passamos depois a assistir outro reclamo policial que era o que apresenta a necessidade de reaparelhamento material. Quantas vezes em garrafais manchetes somos informados que, através de recursos do Governo, o organismo policial se aparelha para poder atender as suas finalidades.

Querida, tão somente, trazer esta informação. Vou votar favoravelmente o Requerimento do eminente Deputado Alfredo Gulin, só, apenas, contestando porque se faz com que esta Casa dirija um apelo para que um órgão do Governo vá fazer aquilo que lhe cumpre fazer por dever e obrigação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, o Requerimento de autoria do eminente Deputado Alfredo Gulin, vasado numa linguagem além de realista um tanto pessimista, deve ter preocupado S. Exa. o Sr. Deputado Eneas Faria.

Mas, o que pretendeu o eminente Deputado com o apelo que dirige às autoridades responsáveis do setor de Segurança Pública, depois de alertar a enorme incidência de criminalidade em nosso Estado, muito embora, quer me parecer que os índices não devem ser tão assustadores porquanto não é Curitiba a cidade que ostenta neste País o maior índice de criminalidade per capita...

O Sr. Eneas Faria — Não fui quem disse.

O SR. IVO THOMAZONI — Perfeitamente. Por outro lado, devo salientar que o Governo do Estado antes e agora já efetuou providências que visam dotar o nosso organismo de segurança em condições melhores para coibir o crescimento deste índice de criminalidade que vem se registrando.

Esta Casa, no último Governo, deu ao Estado primeiro o Código de vencimento da Polícia Militar condizente com as necessidades daquela corporação, até então, mal remunerada; depois votou o Código da Polícia Civil aumentando, dobrando e triplicando em certos casos, as vagas de Delegado de Polícia, Comissários, Agentes, Detetives, todos remunerados condignamente.

Houve um esforço do Governo no sentido de que o organismo policial tanto militar quanto civil, estivesse aparelhado para atender a necessidade de melhor se policiar, de melhor prever e de melhor conter os abusos dos marginais.

Na última reunião do Secretariado, o Sr. Governador do Estado autorizou o Sr. Secretário de Segurança Pública — não só autorizou, mas solicitou — que fossem apreciadas as publicações dos editais que visam a realização de concurso público para o preenchimento, das vagas dos organismos policiais. Do relato que fez o General Secretário dos Negócios da Segurança, afirmou pretender a curto prazo restabelecer em Curitiba o policiamento ostensivo no centro da cidade e nos bairros de nossa Capital.

Então devo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, informar que o Governo já está exigindo medidas do seu organismo responsável, proibitivas, repressivas e preventivas, e quer me parecer que não há prejuízo nenhum de que votemos favoravelmente ao Requerimento do Sr. Deputado Alfredo Gulin porque cada um

tem sua maneira própria de ver as coisas. Sua Excelência está assustado com a situação imperante em Curitiba e nós que estamos mais ligados por força do desempenho da nossa função de Líder nesta Casa com os homens que fazem a administração, estamos informados já destas providências.

É possível que o Requerimento do Sr. Deputado Alfredo Gulin propicie, quem sabe, o apressamento das medidas que o Governo já preconizou.

Voto com Sua Excelência, pretendendo que a iniciativa de Sua Excelência venha em apoio à pretensão governamental.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. ACCIOLY NETO — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhamento da votação.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Assisti e ouvi com inusitado interesse, primeiramente o Deputado Alfredo Gulin, autor do Requerimento; posteriormente ouvi a palavra do Deputado Eneas Faria, e por fim o encaminhamento de votação pelo nobre Líder da ARENA, Deputado Ivo Thomazoni. O que se me afigura, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a questão, tanto de um lado quanto do outro, está mal posta e discutida pelo ângulo errado.

O aumento sucessivo que se verifica em todo o País, dos índices de criminalidade, notadamente nos delitos contra o patrimônio, não se deve, em absoluto, à ineficácia de um sistema ou de um organismo policial, que é reconhecidamente falho. Estaríamos aqui a dizer o óbvio, quando afirmássemos que os organismos policiais de nosso País não atendem ao que se chama conjuntura criminal.

Mas não é isto Sr. Presidente, Srs. Deputados, que faz com que tais índices aumentem cada vez mais e hoje, assustadoramente, aumentam a cada dia. O problema todo está circunscrito à nossa Legislação Penal que é inadequada para a época, sobretudo porque ainda ontem na sua parte especial, tipos de crimes que não mais existem, quando deveria conter novos tipos de ilícitos que permanecem sem a devida punição. Não bastasse isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a cada 3 ou 4 criminosos que são detidos pelos organismos policiais, 10 ou 12 deixam no mesmo instante as penitenciárias, ou a cadeia pública. Isso ocorre, porque as cadeias públicas ou as penitenciárias não comportam a população carcerária. Hoje, no País, a população carcerária excede em 4 ou 5 vezes às condições de capacitação dos estabelecimentos penitenciários para resolver o problema, o Legislador brasileiro, mais afeito ao comodismo, em vez de criar condições de abrigar uma população carcerária, que aumenta dia a dia, preferiu ao reverso, criar eufemismos penais chamados prisão — albergue, que tem propiciado este avultamento dos índices de criminalidade. Não se pode, pois, na crítica fácil ao organismo policial encontrar a justificativa para o aumento de criminalidade. Temos que corajosamente, admitir que a legislação penal brasileira atual, é um fracasso, está superada e sobretudo acomodada. Era isso, Sr. Presidente, o que eu pretendia dizer. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. Os Srs. Deputados que aprovam queiram permanecer como estão.
— Aprovado.

O SR. ENEAS FARIA — (Para declaração de voto). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como fiz anteriormente, volto agora para dizer porque votei favoravelmente ao Requerimento. Concordo com o Deputado Accioly Neto quando diz que as coisas estão mal postas. Efetivamente foram mal postas, não se vai à raiz evidentemente. S. Exa. com o brilhantismo que lhe é peculiar, com o talento que oportunamente acabou de proporcionar a esta Casa uma das mais brilhantes lições de vida pública. Entretanto, acredito tam-

bém que S. Exa. acabou de prelecionar a esta Casa uma das mais brilhantes lições, mas acabou de não ir à raiz da questão. S. Exa. acabou por entender que não era necessário se buscar a genese do problema. É isto que devia preocupar esta Casa, é isto que devia sacudir este Poder, é que devia aflorar dos homens públicos, é isto que devia fazer esta Casa que tem uma parcela de responsabilidade na condução da coisa pública, estejamos unidos e alertas buscando soluções. O ideal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que não existissem prisões, é que não existissem códigos e chegaríamos assim à raiz da utopia, mas em verdade o criminoso, o crescente índice de criminalidade, como diz V. Exa. tem a sua origem numa sociedade mal alicerçada, numa estrutura governamental que não atende as mínimas condições do homem brasileiro. Não era nenhum momento para estarmos aqui a fazer raio X desta questão nem o tempo permitiria isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mas é preciso que também se coloque a questão, se agite este problema porque ele, na realidade é o gerador de tudo o mais. É o homem que não tem perspectiva de trabalho, é o homem manietado, é um homem garroteado, é um homem impossibilitado no seu desespero como gente, que vai aí então, buscar pelo caminho da marginalização. Lamentavelmente, me parece, Sr. Presidente, que a fundo é a raiz do problema.

Votei favoravelmente ao Requerimento de S. Exa., e o faria tantas vezes que aqui viesse. E voltando e ele tão somente a ele tão somente a ele, volto a dizer que lamento que essa Casa tenha que se dirigir a um órgão de Governo, pedindo para que este órgão cumpra com a sua obrigação. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado à Secretaria dos Transportes, visando a obtenção de informações sobre a situação do Plano de Asfaltamento da estrada que liga Campo Mourão a Goio-Erê. — Em discussão.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a Sessão de amanhã, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

A Mesa anuncia com satisfação a presença neste Plenário do Sr. Prefeito Municipal de Bom Sucesso.

A Mesa convida os Srs. Deputados para no Salão Nobre da Casa, recepcionarem S. Exa. o Sr. Secretário de Educação e Cultura, Sr. Borsari Neto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, sexta-feira, à Hora Regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 174/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3011/75, de 8 de abril de 1975, deste Poder.

R E S O L V E :

designar, para compor grupo de trabalho, destinado a fazer levantamentos de ordem administrativa, das fichas dos funcionários, deste Poder, os seguintes funcionários: AIMORÉ ROCHA, JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, RENE VASCO GARCIA, LOIZEL RUPPEL BITTENCOURT, BLUMER BOSQUILIA, MIGUEL JORGE NASSAR NETTO E AMAURY DE OLIVEIRA E SILVA JUNIOR.

Gabinete da Diretoria Geral, em 9 de abril de 1975.

a) JOSÉ M. ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 176/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3071/75, de 8 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar, LAUDICÉA RIERA DOS SANTOS, ora à disposição deste Poder, Legislativo, no Cerimonial.

Gabinete da Diretoria Geral, em 9 de abril de 1975.

a) JOSÉ M. ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 175/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

revogar as Portarias anteriores a 20 de fevereiro de 1975, que designaram os funcionários para prestar serviços na Liderança da ARENA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 9 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Dir. Geral.